



Reforma tributária. ICMS menor na luz integra lista de temas que o governo federal apresentou aos governadores

# Governo pressiona Estados por energia

Estudo do governo mostra como varia de 17% a 30% o ICMS sobre a eletricidade

**Lu Aiko Otta**/BRASÍLIA

Para pressionar os Estados a reduzir o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o governo está concluindo um levantamento mostrando que a tributação muda muito de uma unidade da Federação para outra. Rondônia, por exemplo, cobra no máximo 17% de seus consumidores residenciais. Já Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio de Janeiro aplicam uma taxação 30%.

Os técnicos investigam o que

determina essa disparidade e buscam argumentos para defender uma tributação menor. Por exemplo: o Amapá não cobra ICMS na eletricidade das residências que consomem até 100 megawatts por hora (MWh) e, nas demais faixas de consumo, a alíquota é de 12%, a mais baixa do País. Já o vizinho Amazonas cobra 25% em todas as contas de luz.

Além do Amapá, mais cinco Estados (Alagoas, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Roraima) dão isenção de ICMS para quem consumir até 100 megawatts

por hora. Já Amazonas, Bahia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina não dão isenção alguma.

O objetivo é tentar, ao menos, buscar um alinhamento nos níveis de tributação mais baixos, se não uma redução. O governo federal já indicou que pretende reduzir os próprios tributos incidentes sobre a conta de luz, como o PIS, a Cofins e vários outros encargos, num movimento simultâneo com o dos governadores.

**Divergências.** A redução do ICMS na eletricidade integra a lista de temas que o governo federal apresentou aos governadores, como parte das discussões da reforma tributária.

Os pontos de interesse, porém, não coincidem. Enquanto os Estados querem redução da taxa de juros de sua dívida com o Tesouro Nacional e uma participação maior na divisão do bolo tributário nacional por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE), o governo federal defende redução do ICMS cobrado na eletricidade, nas telecomunicações, nos combustíveis, nos remédios e nos alimentos da cesta básica. De parte a parte, os avanços são quase impossíveis.

Os governadores não querem nem ouvir falar em reduzir o ICMS sobre eletricidade, combustíveis e telefonia porque essas são as melhores fontes de arrecadação.

## MUITO DIFERENTES

### ● Como os Estados cobram o ICMS sobre a eletricidade nas tarifas residenciais

EM PORCENTAGEM

ESTADO	MEIOR ALÍQUOTA	MAIOR ALÍQUOTA	
Acre	Zero, até 50 kWh	25	25
Alagoas	Zero, até 100 kWh	25	25
Amazonas	25%	25	25
Amapá	Zero, até 100 kWh	12	12
Bahia	25%	27	27
Ceará	Zero, até 50 kWh	27	27
DF	Zero, até 50 kWh	25	25
Espirito Santo	Zero, até 50 kWh	25	25
Goiás	Zero, até 50 kWh	27	27
Maranhão	Zero, até 100 kWh	30	30
Minas Gerais	Zero, até 90 kWh	30	30
Mato Grosso do Sul	Zero, até 50 kWh	25	25
Mato Grosso	Zero, até 100 kWh	30	30
Pará	Zero, até 100 kWh	25	25
Paraíba	Zero, até 30 kWh	27	27
Pernambuco	Zero, até 30 kWh	25	25
Piauí	Zero, até 50 kWh	25	25
Paraná	Zero, até 30 kWh	27	27
Rio de Janeiro	Zero, até 50 kWh	30	30
Rio Grande do Norte	Zero, até 60 kWh	25	25
Rondônia	Zero, até 50 kWh	17	17
Roraima	Zero, até 100 kWh	17	17
Rio Grande do Sul	12%	25	25
Santa Catarina	12%	25	25
Sergipe	Zero, até 50 kWh	27	27
São Paulo	Zero, até 90 kWh	25	25
Tocantins	Zero, até 50 kWh	25	25

FONTE: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

INFOGRAFIA/AB

Em um Estado desenvolvido como São Paulo, elas respondem por um terço das receitas. Nas unidades da Federação com economia mais fraca, essas bases de tributação respondem

por metade ou mais de tudo o que ingressa no caixa estadual. Eles reclamam que, antes de pedir a redução do ICMS, o governo poderia reduzir os tributos federais sobre a eletricidade.

Da parte do governo federal, argumenta-se que esse debate tem de ser feito em algum momento, pois o ICMS tem peso importante nas contas de luz. No entanto, ninguém acha que essa será uma discussão fácil. Os técnicos avaliam que há mais chances de avançar, num primeiro momento, na redução do ICMS sobre alimentos e sobre remédios, pois muitos governadores já têm programas nessa direção.

**Mais pobres.** A redução do ICMS sobre itens de consumo básico faz parte de uma diretriz da reforma tributária, que é reduzir a chamada tributação indireta (aquela que vem embutida nos preços e que pesa igualmente sobre as pessoas, independentemente da renda).

A avaliação é que a tributação indireta no Brasil é muito elevada e que ela torna o sistema injusto, pois as famílias mais pobres comprometem uma fatia maior de sua renda com o pagamento de tributos, em comparação com os mais ricos.

Segundo dados apresentados pelo presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em seminário sobre a reforma tributária, os trabalhadores com renda de até dois salários mínimos comprometem 48% de sua renda em pagamentos de tributos. Enquanto isso, aqueles que ganham acima de 30 salários mínimos gastam 26%.



# Plano prevê corte da tarifa em troca de renovação de concessão

Grupo de trabalho criado pelo governo estuda alternativas para baixar o preço da eletricidade para as empresas

**Lu Alko Otta**  
**Renato Andrade**  
BRASÍLIA

Preocupado em aumentar a competitividade das empresas brasileiras, o governo estuda formas de reduzir o preço da energia elétrica, que figura entre as cinco mais caras do mundo. Um grupo técnico está na fase inicial das discussões. Uma das ideias é aproveitar o vencimento das concessões de usinas hidrelétricas, linhas de transmissão e de companhias de distribuição para forçar uma queda nas tarifas. “Os investimentos já estão amortizados, então eles podem cobrar menos”, disse ao Estado o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

Entre 2015 e 2017, vencem os contratos de concessão de um conjunto de usinas geradoras que soma 20% da capacidade na-



**Luz.** Detalhe de Itaipu; geradoras devem ter tarifas reduzidas

cional. O mesmo ocorrerá com 74% da transmissão e 33% da distribuição. Há duas opções sobre a mesa: editar uma lei que permita prorrogar as licenças ou fazer novo leilão. O que será feito é algo em discussão. O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, disse que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), colegiado formado por ministros, encomendou estudos sobre prós e contras de cada alternativa. Esses estudos estão prontos, mas o Conselho não retomou as discussões. “Enquan-

to isso, existe o marco legal, que diz que as concessões devem ser relicitadas.” Nada, porém, é tão simples quanto parece. O previsto em lei é que, findo o contrato, a União receberá as usinas, linhas de transmissão e estruturas de distribuição de volta. Para tanto, terá de indenizar os antigos concessionários por investimentos que eventualmente não tenham sido amortizados.

O dinheiro para isso é cobrado há mais de 50 anos na conta de luz e chama-se Reserva Global de Reversão (RGR). Atualmente, o fundo formado pela arrecada-

ção da RGR está em R\$ 16 bilhões, valor insuficiente para cumprir a finalidade, segundo o presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia Elétrica (Abrace), Paulo Pedrosa. “Não vai dar”, afirmou. Questionado, Zimmermann disse não saber se o dinheiro será suficiente ou não. Ele explicou que pediu os cálculos à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que ainda não os entregou.

**Efeitos colaterais.** A ideia de prorrogar as concessões exigindo tarifas mais baixas tampouco é livre de efeitos colaterais. “Isso iria confundir o mercado”, avaliou o presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), Flávio Neiva. Isso porque as usinas mais novas, cuja eletricidade custa mais caro, teriam dificuldade em competir.

As geradoras já sabem que terão de se contentar com preços mais baixos. Em vez de reduzir as tarifas, elas propõem uma alternativa: pagar um “encargo de prorrogação” das concessões. “Os recursos poderiam ser aplicados em modicidade tarifária”, sugeriu Neiva.

O encargo seria pago pelas geradoras ao governo e esse, por sua vez, poderia reduzir outros encargos que incidem nas contas de luz.

Assim, o preço baixaria para todos os consumidores.

# Imposto responde por 45% do custo da energia

BRASÍLIA

A forte carga de impostos e taxas que incide sobre a conta de luz é o principal fator que justifica o alto preço da energia no Brasil.

Nos últimos leilões de hidrelétricas, o governo forçou uma queda no valor da energia a ser comercializada, mas a manutenção da cobrança de uma dezena de penduricalhos nas contas acaba neutralizando o movimento.

Alguns especialistas consideram até que a defesa intransigente do governo em relação à continuidade da cobrança de encargos como a Reserva Global de Reversão – prorrogada por uma Medida Provisória por mais 25 anos – é feita justamente para sustentar uma “política populista” de leilões de energia.

Em abril do ano passado, o consórcio Norte Energia venceu o leilão da hidrelétrica de Belo Monte (PA) ao se comprometer a vender a energia que será produzida na usina por R\$ 78,00 o Megawatt/hora (MWh). Em dezembro o grupo liderado pela Neoenergia levou a usina de Teles Pires (MT) ao oferecer a energia da usina por R\$ 58,36 o MWh, o menor valor já registrado nos chamados leilões de energia nova promovidos pelo governo.

Especialistas dizem que a produção de energia em locais mais

isolados tende ter seus custos mais elevados e não o contrário. “Não existe em lugar nenhum do mundo um custo marginal decrescente. É contra a lei básica de economia. Essa é mais uma jabuticaba brasileira”, argumenta fonte ouvida pelo Estado.

Essa política de preços baixos estaria sendo compensada pela manutenção dos encargos que acabam sendo cobrados do consumidor final.

Somente no ano passado, essa conta foi de R\$ 16,3 bilhões. “O discurso é que o Brasil está produzindo energia mais barata, mas se você colocar o preço do leilão, mais o que se paga no mercado livre, mais os encargos, o País tem uma das energias mais caras do mundo.”

**‘Peso’.** Estudo feito pela consultoria PricewaterhouseCoopers para o Instituto Acende Brasil mostra que os encargos setoriais e os impostos e tributos já representam mais de 45% do valor total da conta de luz. O ritmo de crescimento é forte. Em 1998, esse pacote de taxas representava apenas 28% do valor da tarifa de energia elétrica. “Está na cara que é aí que você tem que concentrar o esforço para reduzir o preço da energia”, disse Cláudio Sales, presidente do Acende Brasil./R.A. e L.A.O

## **Imposto responde por 45% do custo da energia**

Renato Andrade e Lu Aiko Otta - O Estado de S.Paulo

A forte carga de impostos e taxas que incide sobre a conta de luz é o principal fator que justifica o alto preço da energia no Brasil.

Nos últimos leilões de hidrelétricas, o governo forçou uma queda no valor da energia a ser comercializada, mas a manutenção da cobrança de uma dezena de penduricalhos nas contas acaba neutralizando o movimento.

Alguns especialistas consideram até que a defesa intransigente do governo em relação à continuidade da cobrança de encargos como a Reserva Global de Reversão - prorrogada por uma Medida Provisória por mais 25 anos - é feita justamente para sustentar uma "política populista" de leilões de energia.

Em abril do ano passado, o consórcio Norte Energia venceu o leilão da hidrelétrica de Belo Monte (PA) ao se comprometer a vender a energia que será produzida na usina por R\$ 78,00 o Megawatt/hora (MWh). Em dezembro o grupo liderado pela Neoenergia levou a usina de Teles Pires (MT) ao oferecer a energia da usina por R\$ 58,36 o MWh, o menor valor já registrado nos chamados leilões de energia nova promovidos pelo governo.

Especialistas dizem que a produção de energia em locais mais isolados tende ter seus custos mais elevados e não o contrário. "Não existe em lugar nenhum do mundo um custo marginal decrescente. É contra a lei básica de economia. Essa é mais uma jabuticaba brasileira", argumenta fonte ouvida pelo Estado.

Essa política de preços baixos estaria sendo compensada pela manutenção dos encargos que acabam sendo cobrados do consumidor final.

Somente no ano passado, essa conta foi de R\$ 16,3 bilhões. "O discurso é que o Brasil está produzindo energia mais barata, mas se você colocar o preço do leilão, mais o que se paga no mercado livre, mais os encargos, o País tem uma das energias mais caras do mundo."

**"Peso"**. Estudo feito pela consultoria PricewaterhouseCoopers para o **Instituto Acende Brasil** mostra que os encargos setoriais e os impostos e tributos já representam mais de 45% do valor total da conta de luz. O ritmo de crescimento é forte. Em 1998, esse pacote de taxas representava apenas 28% do valor da tarifa de energia elétrica. "Está na cara que é aí que você tem que concentrar o esforço para reduzir o preço da energia", disse **Claudio Sales**, presidente do **Acende Brasil**.